



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **3000625-80.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **EDUARDO MANELLI RIZZOLI**
Requerido: **Nova Pontocom Comércio Eletrônico S/A (Pontofrio.com)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A ré é revel.

Citada regularmente (fl.43), ela não compareceu à audiência designada, de modo que se reputam verdadeiros os fatos suscitados pelo autor na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

As provas amealhadas de outra parte, em especial os documentos de fls. 7/8, respaldam as alegações do autor no que diz respeito à compra do equipamento pelo autor, enquanto que os de fls. 9/10 evidenciam o defeito apresentado logo após a sua aquisição.

Nesse aspecto, a procedência do pedido no tocante à devolução das parcelas pagas é medida que se impõe.

Outrossim, verificando-se que a ré descumpriu a ordem dada para se abster de promover os descontos no cartão de crédito do autor, conforme prova amealha às fls. 48 e 49 e considerando-se que até a execução desta decisão o autor já terá arcado com o pagamento de praticamente todas as parcelas da compra do produto, melhor que a devolução do valor se dê de forma integral, ficando a cargo do autor o compromisso de honrar os pagamentos das prestações vincendas.

Resta apreciar o pedido relativo aos danos morais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Depreende-se das mensagens amealhadas que todas as tentativas empenhadas pelo autor, no sentido de resolver a questão, restaram frustradas diante da desídia da ré.

Conforme já observado, a compra do computador e a existência do defeito reclamado pelo autor estão suficientemente demonstradas pela documentação que acompanhou a inicial, inexistindo controvérsia a propósito desse assunto.

Por outro lado, transparece igualmente indubitoso que o produto adquirido não se prestou à finalidade para a qual foi vendido ao autor, haja vista a falta de contestação nesse sentido.

O exame dos autos denota que o autor buscou de várias formas resolver o problema provocado pela ré.

Mesmo assim, a situação permaneceu sem solução.

O quadro delineado evidencia que o autor sofreu danos morais passíveis de reparação.

A aquisição de mercadorias, especialmente em tempos em que os consumidores são bombardeados por maciça propaganda de fabricantes e comerciantes, gera natural expectativa a propósito de sua utilização.

No caso dos autos, essa expectativa foi frustrada não apenas pelo defeito apresentado pelo produto adquirido, mas especialmente pelo comportamento posterior da ré.

Isso porque instada a resolver a pendência, nada fez a esse propósito, malgrado todas as promessas de reembolso feitas ao autor.

Não se pode olvidar, ademais, que a compra em pauta teve vez há mais seis meses sem que o problema se resolvesse.

Como se vê a ré provocou, com sua enorme desídia, dissabor de vulto ao autor, dispensando-lhe tratamento marcado por absoluta falta de respeito.

O aborrecimento, ademais, vai muito além daqueles próprios da vida cotidiana, fazendo jus o autor ao recebimento da indenização pleiteada.

Quanto ao valor desta, a sugestão formulada é obviamente exagerada.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em R\$ 1.500,00.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar rescindido o contrato de compra e venda havido entre as partes e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.599,00, com correção monetária a partir de 13/06/2013 (datas das notas fiscais de fls. 7 e 8), e juros de mora contados da citação e, a título de danos morais, a quantia de R\$ 1.500,00, acrescida de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

correção monetária a partir desta data, e juros de mora contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**